



**CONTRATO Nº ...../2023**  
**PAD 009735/2023**

**ANEXO VII**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que**  
**entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL**  
**ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa**  
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico nº ..... /....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede em ..... -....., situada na Rua ....., nº....., Bairro ....., CEP ....., e-mail: ....., telefone ....., neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** Prestação de serviços de manutenção predial, sob demanda, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra qualificada, visando atender às necessidades de preservação dos edifícios do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, item (s) ....., local (is):..... ( *adequar conforme item vencedor*)

**1.2.** A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3.** De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXVIII, o objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2.** Local da prestação dos serviços: Conforme previsão do item 1.7.2 do Termo de Referência e especificado no anexo II (Relação de Prédios da JE por Polos).

**2.3.** O objeto se insere no regime de execução de serviços contínuos, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

I . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II . Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1.** As obrigações e responsabilidades da contratada bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**4.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**4.3.** Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez anos) nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou rescindido antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho: .....

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;

Notas de Empenho ....., emitidas em .....

Categoria econômica: custeio;

Código SIASG: .....

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para o período de 12 (doze) meses o valor total estimado , conforme tabela abaixo , de R\$ ..... (.....), considerando a proposta vencedora:

*( adequar os itens abaixo de acordo com a(s) empresa(s) vencedora(s) )*

Item	Descrição	Valor	Percentual de desconto sobre a tabela SINAPI*1
1	Polo Capital	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)	
2	Polo 1 – Região Metropolitana e Litoral	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)	
3	Polo 2 – Região de Guarapuava, Ponta Grossa e Telêmaco Borba	R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)	
4	Polo 3 – Região de Cascavel	R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)	
5	Polo 4 – Região de Maringá	R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)	
6	Polo 5 – Região de Londrina	R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)	

**7.1.1.** Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

**7.1.2.** O pagamento será efetuado, de acordo com os serviços executados durante o mês, mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária.

**7.1.3.** O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**7.1.4.** Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos constantes do item 8.1 do Termo de Referência - Anexo I.

## **7.2. Do documento fiscal:**

**7.2.1.** A nota fiscal deve ser enviada para o email [smicre@tre-pr.jus.br](mailto:smicre@tre-pr.jus.br) (Polo da Capital) ou [smin@tre-pr.jus.br](mailto:smin@tre-pr.jus.br) (Polos 1, 2, 3, 4 e 5) –(“ajustar conforme proposta”).

**7.2.2.** O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.2.3.** Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;

<sup>1</sup> Índices, conforme item 5.3.6 do termo de referência anexo I - SINAPI ou outras por exemplo bases: ORSE, CPOS, SBC, EMBASA, IOPES, SETOP, entre outras.

- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- f. Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- g. Número do contrato e,
- h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.2.4.** Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

**7.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada:** até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

**7.2.6.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

**7.2.6.1.** Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

**7.2.6.2.** Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

**7.2.7.** A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.2.8.** O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**7.3. Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**7.4. Da regularidade fiscal:**

**7.4.1.** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.2.** A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.3.** Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.4.** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF

- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
  - c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.
- 7.4.5.** O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO**

- 8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em 18/10/2023<sup>2</sup>.
- 8.2.** Após o interregno anual, e independentemente de pedido do contratado, os preços serão reajustados mediante a aplicação da planilha SINAPI atualizada e desonerada, nos termos do artigo 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1.** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

- 10.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **10.2.1 - Conforme o disposto no item 10.2, as infrações serão consideradas:**

- I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.
- II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.
- III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

---

<sup>2</sup> Doc. pad nº 335149/2023

IV – gravíssima: Inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recaindo em Extinção Contratual.

**10.2.1.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	Relação de descumprimentos
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso em refazer os serviços nas especificações;
<b>3</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>4</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento;
<b>5</b>	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

**10.2.1.2.** A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	<del>b.1.</del> Multa moratória, limitada a 10 (dez) dias, quando não houver entrega, injustificadamente, de qualquer documentação prevista em ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre no início da execução do contrato, ou qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal.	0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor do contrato.
	Multa moratória após 10 (dez) dias de atraso.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
	Multa moratória em razão de: I. Atraso injustificado no início da execução, superior a 10 (dez) dias do comunicado do gestor. II. atraso injustificado na execução do serviço, considerando o prazo pertinente; III. atraso injustificado na entrega do objeto.	1% (um por cento) ao dia sobre o valor da respectiva ordem de serviço.
	Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nos itens imediatamente anteriores	15% (quinze por cento) sobre o valor remanescente do contrato.
GRAVE	Multa compensatória, nos seguintes casos: I - Não utilização dos EPI's , por trabalhador, além da retirada do mesmo do campo de trabalho;	1% (um por cento) sobre o valor do contrato.

	II - Não comparecimento do preposto ou responsável técnico à reunião inicial prevista em contrato.	
	Multa compensatória quanto às seguintes disposições previstas no Termo de Referência:  I - Descumprimento injustificado relativamente aos critérios de sustentabilidade;  II - Não cumprimento da garantia dos serviços executados na respectiva etapa.  III – Não substituição de empregado em até dois dias úteis conforme item 4.1.13 do Termo de Referência.	3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou sobre o serviço executado, conforme o caso.
GRAVE	Multa compensatória, nos seguintes casos:  I. danos à obra ou aos bens do TRE/PR, sem a recomposição da obra ou reposição do bem pertinente, em até 30 (trinta) dias após a notificação;  II. inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas pela fiscalização para regularização dentro do prazo estabelecido;  III. não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
	Abandono/cessação na execução da obra;	15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato.
	Recusa à execução dos serviços inerentes à garantia referente à solidez da obra.	20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.
GRAVÍSSIMA	Multa compensatória pelo inadimplemento total, que implique extinção contratual.	30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato.

**10.2.2.1.** Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea b.2 e incisos do item 10.2.1, b. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

**10.2.3.** Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.
- f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

**10.3.** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.4.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.5.** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**10.6.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**10.7.** As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.8.** A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.8.1.** Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos



administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1.** Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>3</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2023

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

Daniele Cristine Forneck Franzini  
Diretora-Geral – TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>3</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.